



**Demonstrações Financeiras do Conglomerado
Prudencial – Exercício de 2016**

20 de março de 2017

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		12.913.821	11.313.007	CIRCULANTE		18.366.243	16.577.384
Disponibilidades	5	19.507	48.001	Depósitos	16.a	12.083.779	10.610.497
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	966.835	1.168.723	Depósitos à vista		54.765	73.273
Aplicações no mercado aberto		891.796	1.084.203	Depósitos interfinanceiros		11.736.273	10.060.044
Aplicações em depósitos interfinanceiros		75.039	84.520	Depósitos a prazo		292.741	477.180
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	710.055	257.700	Captações no mercado aberto	16.b	1.927.684	1.543.420
Carteira própria	7.a	62.297	114.315	Carteira própria		1.222.172	1.121.671
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	626.015	63.296	Carteira de terceiros		705.512	152.179
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	18.239	62.769	Carteira livre movimentação		-	269.570
Vinculados a prestação de garantias	7.a	3.504	17.320	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	2.031.748	2.705.900
Relações interfinanceiras		17.875	21.357	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.031.748	2.705.900
Pagamentos e recebimentos a liquidar		20	-	Relações interfinanceiras	17	155.796	102.786
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		1.299	2.959	Correspondentes no País		155.796	102.786
Correspondentes no país		16.556	18.398	Relações interdependências		6.785	28.988
Operações de crédito	8	7.911.474	6.814.562	Recursos em trânsito de terceiros		6.785	28.988
Operações de crédito - setor privado		8.784.513	7.488.064	Obrigações por empréstimos	18.a	2.038	1.096
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(873.039)	(673.502)	Empréstimos no Exterior		2.038	1.096
Operações de arrendamento mercantil	8	913	6.132	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	33.996	3.393
Operações de arrendamento a receber		1.541	7.944	Instrumentos financeiros derivativos		33.996	3.393
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(628)	(1.812)	Outras obrigações		2.124.417	1.581.304
Outros créditos		2.891.253	2.447.526	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.142	11.040
Carteira de câmbio	9.a	172.569	245.201	Carteira de câmbio	9.a	650	6
Rendas a receber		4.454	3.874	Sociais e estatutárias		42.760	43.030
Negociação e intermediação de valores		3.119	5.233	Fiscais e previdenciárias	21.a	65.587	42.895
Recebíveis imobiliários	10	13.031	7.218	Negociação e intermediação de valores		33.390	45.341
Títulos e créditos a receber	8 e 11	831.970	855.013	Dívidas subordinadas	19	88.113	250.782
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(58.747)	(59.593)	Diversas	21.b	1.878.775	1.188.210
Diversos	11	1.924.857	1.390.580				
Outros valores e bens		395.909	549.006				
Outros valores e bens	12.a	364.717	281.697				
(Provisão para desvalorização)	12.a	(53.356)	(45.923)				
Despesas antecipadas	12.b	84.548	313.232				

CONGLOMERADO PRUDENCIAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		14.030.442	14.198.253	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.789.523	5.911.842
Aplicação interfinanceira de liquidez	6.a	5.548	21.021	Depósitos	16.a	2.335.110	1.562.847
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.548	21.021	Depósitos interfinanceiros		29.428	36.803
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.498.051	2.346.699	Depósitos a prazo		2.305.682	1.526.044
Carteira própria	7.a	427.122	396.124	Captações no mercado aberto	16.b	96.940	94.298
Vinculados a compromissos de recompra	7.a	693.232	1.211.406	Carteira própria		96.940	94.298
Instrumentos financeiros derivativos	7.c	143.134	621.324	Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	1.123.960	1.298.243
Vinculados ao Banco Central	7.a	51.151	-	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		1.123.960	1.298.243
Vinculados à prestação de garantias	7.a	183.412	117.845	Obrigações por empréstimos	18.a	132.063	153.634
Operações de crédito	8	8.942.131	8.366.851	Empréstimos no Exterior		132.063	153.634
Operações de crédito - setor privado		9.226.475	8.669.154	Instrumentos financeiros derivativos	7.c	111.738	13.037
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(284.344)	(302.303)	Instrumentos financeiros derivativos		111.738	13.037
Operações de arrendamento mercantil	8	157	1.363	Outras obrigações		1.989.712	2.789.783
Operações de arrendamento a receber		187	1.775	Fiscais e previdenciárias	21.a	79.718	91.246
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.c	(30)	(412)	Dívidas subordinadas	19	1.663.233	2.107.153
Outros créditos		3.312.808	3.324.660	Diversas	21.b	246.761	591.384
Negociação e intermediação de valores		480	-				
Créditos específicos		848	1.444	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		794	1.565
Recebíveis imobiliários	10	14.368	32.561	Resultados de exercícios futuros		794	1.565
Títulos e créditos a receber	8 e 11	65.493	101.456				
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.c	(7.135)	(15.832)	PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	19
Diversos	11	3.238.754	3.205.031	Participação de acionistas minoritários		-	19
Outros valores e bens		271.747	137.659				
Despesas antecipadas	12.b	271.747	137.659				
PERMANENTE		624.459	623.347	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.412.162	3.643.797
Investimentos		403.256	373.468	Capital social:	22	3.460.732	3.460.732
Participações em controladas	13.a	402.877	369.997	De domiciliados no País		3.051.660	3.080.704
Outros investimentos	13.b	379	3.471	De domiciliados no Exterior		409.072	380.028
Imobilizado de uso	14	37.838	30.917	Reserva de capital		-	195.208
Outras imobilizações de uso		71.585	51.759	Reserva de lucros		-	7.719
(Depreciações acumuladas)		(33.747)	(20.842)	Ajustes de avaliação patrimonial		(14.259)	(19.862)
Intangível	15.b	183.365	218.962	Prejuízos acumulados		(34.311)	-
Ativos intangíveis		360.467	345.951				
(Amortizações acumuladas)		(177.102)	(126.989)				
TOTAL DO ATIVO		27.568.722	26.134.607	TOTAL DO PASSIVO		27.568.722	26.134.607

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo/lucro líquido por ação)

	Nota			
	explicativa	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.862.793	6.516.662	7.660.418
Rendas de operações de crédito / arrendamento mercantil	8.g	3.758.419	6.924.098	6.394.963
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.h	196.503	425.714	347.855
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.g	(102.821)	(831.905)	733.825
Resultado de operação de câmbio	9.b	10.692	(1.245)	183.775
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.084.100)	(3.688.773)	(4.830.391)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.521.323)	(2.586.588)	(3.765.420)
Operações de empréstimos e repasses	18.b	(10.953)	16.243	(40.073)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.c	(551.824)	(1.118.428)	(1.024.898)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.778.693	2.827.889	2.830.027
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.807.298)	(3.213.438)	(2.962.688)
Receitas de prestação de serviços	23	248.231	487.657	479.174
Resultado de equivalência patrimonial	13.a	47.406	36.167	16.382
Despesas de pessoal	24	(238.643)	(409.717)	(331.163)
Outras despesas administrativas	25	(1.228.696)	(2.203.905)	(1.969.009)
Despesas tributárias	26	(124.218)	(210.116)	(203.939)
Outras receitas operacionais	27.a	107.703	288.071	263.523
Outras despesas operacionais	27.b	(619.081)	(1.201.595)	(1.217.656)
RESULTADO OPERACIONAL		(28.605)	(385.549)	(132.661)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	28	(35.334)	(65.782)	(73.269)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO E PARTICIPAÇÕES		(63.939)	(451.331)	(205.930)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32.a	51.169	214.091	213.980
Provisão para imposto de renda		15.670	30.074	23.157
Provisão para contribuição social		(2.169)	(4.473)	4.494
Ativo fiscal diferido		37.668	188.490	186.329
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS		-	2	2
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO		(12.770)	(237.238)	8.052
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO		-	-	(3.152)
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO EM CIRCULAÇÃO - EM R\$ (Representado por 929.040.163 ações em 31/12/2016 e 31/12/2015.)		(0,01)	(0,26)	0,01

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



BANCO PAN S.A.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONTROLADOR
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	3.460.732	195.208	232	2.587	(24.273)	-	3.634.486
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	4.411	-	4.411
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	8.052	8.052
Destinações:							
Reserva Legal (Nota 22b)	-	-	403	-	-	(403)	-
Transferência de Lucros Acumulados para Reserva de Lucros (Nota 22c)	-	-	-	4.497	-	(4.497)	-
Juros sobre o Capital Próprio Provisionados (Nota 22c)	-	-	-	-	-	(3.152)	(3.152)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	3.460.732	195.208	635	7.084	(19.862)	-	3.643.797
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	5.603	-	5.603
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	(237.238)	(237.238)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	3.460.732	195.208	635	7.084	(17.286)	(224.468)	3.421.905
Absorção de Prejuízo (Nota 22b)	-	(195.208)	(635)	(7.084)	-	202.927	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	3.027	-	3.027
Prejuízo Líquido	-	-	-	-	-	(12.770)	(12.770)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	3.460.732	-	-	-	(14.259)	(34.311)	3.412.162

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**CONGLOMERADO PRUDENCIAL****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**
(Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre 2016	31/12/2016	31/12/2015
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
PREJUÍZO/LUCRO LÍQUIDO	(12.770)	(237.238)	8.052
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	18.754	36.302	25.321
Amortização de ágio	12.164	24.327	29.835
Constituição de provisão para contingências	151.162	264.562	135.729
Reversão para desvalorização de bens não de uso próprio	(3.456)	(6.173)	(14.305)
Prejuízo na venda de bens não de uso próprio	18.660	48.864	75.254
Perda por <i>impairment</i>	(27.866)	(24.137)	14.813
Equivalência patrimonial	(47.406)	(36.167)	(16.382)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	551.824	1.118.428	1.024.898
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(37.668)	(188.490)	(186.329)
Lucro líquido ajustado	623.398	1.000.278	1.096.886
Variação de Ativos e Passivos:			
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.455)	(136.182)	(138.664)
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários	90.750	(122.099)	157.994
(Aumento)/Redução em instrumentos financeiros derivativos	(29.467)	652.024	(334.630)
Redução em relações interfinanceiras	74.712	56.492	22.237
(Aumento) em operações de crédito	(1.376.102)	(2.790.620)	(830.948)
Redução em operações de arrendamento mercantil	2.063	6.425	27.427
(Aumento) em outros créditos	(239.741)	(243.385)	(261.756)
(Aumento) em outros valores e bens	(11.249)	(103.114)	(139.792)
Aumento em depósitos	828.675	2.245.545	625.590
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto	(184.004)	386.906	461.678
(Redução)/Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	(140.710)	304.197	697.469
Aumento/(Redução) em outras obrigações	410.422	(256.871)	659.981
(Redução)/Aumento em relações interdependências	(4.073)	(22.203)	24.947
(Redução) em resultado de exercícios futuros	(233)	(771)	(40)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	42.986	976.622	2.068.379
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Alienação de bens não de uso próprio	74.209	103.568	86.651
Redução de Investimentos	17.289	17.289	-
Aquisição de investimentos	-	(12.359)	(3.276)
Aquisição de imobilizado de uso	(14.087)	(15.385)	(6.642)
Aplicações no intangível	(5.748)	(16.568)	(40.317)
Dividendos e juros sobre o capital próprio provisionados/recebidos	2.726	2.726	2.389
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	74.389	79.271	38.805
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
(Redução) de letras financeiras	(303.231)	(528.010)	(694.002)
(Redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	(1.041.293)
(Redução) de dívidas subordinadas	(61.337)	(285.279)	(148.378)
(Redução) de letras de crédito do agronegócio	(173.411)	(624.622)	(126.082)
Juros sobre o capital próprio provisionados/pagos	-	-	(3.152)
Variação nas participações minoritárias	(17)	(19)	(2)
CAIXA LÍQUIDO (USADO) DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(537.996)	(1.437.930)	(2.012.909)
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(420.621)	(382.037)	94.275
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	440.128	401.544	307.269
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO (Nota 5)	19.507	19.507	401.544
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos	(1.600.114)	(3.069.117)	(2.620.950)
Juros recebidos	3.618.999	6.661.386	6.187.751
Transferência de ativos não de uso próprio	(16.186)	(45.862)	(47.001)
Ganhos/Perdas não realizados em títulos disponíveis para venda	10.035	14.123	6.556

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pan S.A. (“Banco”, “PAN” ou “Instituição”), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo, atuando direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, operações de câmbio, financiamento às empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento imobiliário às pessoas físicas, aquisição de recebíveis imobiliários e emissão de certificados de recebíveis imobiliários – CRIs, emissão de certificados de recebíveis do agronegócio - CRAs, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, consórcio de veículos e imóveis. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Grupo e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o PAN realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e conseqüente adequação de capital (Nota 3g). Os resultados estão refletidos nas demonstrações financeiras em receitas de intermediação financeira.

Através de um acordo de acionistas, o Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. e pela Caixa Econômica Federal, através de sua subsidiária integral Caixa Participações S.A., abaixo demonstra-se a composição acionária atual do Banco PAN:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Banco BTG Pactual S.A.	272.865.193	51,00	102.031.711	25,90	374.896.904	40,35
Caixa Participações S.A.	262.164.546	49,00	112.732.358	28,61	374.896.904	40,35
Conselho de Administração	3	-	4	-	7	-
Mercado	5	-	179.246.343	45,49	179.246.348	19,30
Total	535.029.747	100,00	394.010.416	100,00	929.040.163	100,00

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco PAN estão sendo apresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco e suas empresas controladas (“Consolidado”), e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações financeiras acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações financeiras previstos no Cosif.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração dos fluxos de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
 4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
 5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
 6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
 7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
 8. Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
 9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15;
- Ao longo de 2016 o Banco Central aprovou os CPC´s abaixo mencionados que passarão a vigorar em 01/01/2017:
10. CPC 04 – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e
 11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, referentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram aprovadas pela Diretoria em 20/03/2017.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	31/12/2016	31/12/2015
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	99,97
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária.	100,00	100,00
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	99,99

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata*” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela BM&FBOVESPA. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela BM&FBOVESPA. A partir deste preço, os valores dos

ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na BM&FBOVESPA ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (CETIP S.A.). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de “instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às respectivas contas de “resultado com instrumentos financeiros derivativos” e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

O contrato a termo de moeda estrangeira sem entrega física (ou *Non Deliverable Forward – NDF*) é negociado em mercado de balcão. É uma operação de compra ou venda de moeda estrangeira, em uma data futura e a uma paridade predeterminada. A liquidação financeira ocorre pela diferença entre a paridade inicial do contrato e a cotação de referência na data de vencimento. Para a precificação dos NDFs foram utilizadas as curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da BM&FBOVESPA.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c e 7g.

f) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa às operações de crédito cedidas com cobrança é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

g) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

h) Bens não de uso próprio:

São representados basicamente por bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados.

i) Despesas antecipadas:

São gastos relativos às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios. Este grupo é representado basicamente, por comissões pagas a correspondentes bancários e gastos na emissão de títulos no Exterior.

O Banco PAN, adotou a partir de 02/01/2015, os critérios de registro contábil das remunerações pagas aos correspondentes bancários, facultados nos termos da Circular do BACEN nº 3.693/13 com alterações posteriores trazidas pela Circular do BACEN nº 3.738/14.

No exercício encerrado em 31/12/2016, o valor lançado para despesa relativo a 2/3 das comissões no ato da originação foi de R\$ (304.727).

j) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo:

São demonstrados pelo custo, acrescido dos rendimentos, variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes provisões para ajuste a valor de realização, quando aplicável.

k) Investimentos:

As participações em controladas e coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

l) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por imóveis, instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

m) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágio pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras a alíquota de 20% a partir de set/2015 e para as demais empresas alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

p) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

q) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

r) Passivos circulante e exigível a longo prazo:

As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização.
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações Legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

t) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários.

u) Lucro por ação:

O lucro por ação é calculado com base nas quantidades de ações em circulação, nas datas das demonstrações financeiras.

v) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros

ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) provisão para créditos e arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (vi) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros e (vii) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

w) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

4) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (6)	Total
Circulante	12.839.568	1.888	123.667	(51.302)	12.913.821
Realizável a longo prazo	13.851.293	52.051	271.696	(144.598)	14.030.442
Permanente	878.236	113	2.824	(256.714)	624.459
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	(452.614)	27.568.722
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	(296.936)	26.134.607

Passivo	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Eliminações (6)	Total
Circulante	18.385.987	3.883	27.675	(51.302)	18.366.243
Exigível a longo prazo	5.770.154	7.536	156.433	(144.600)	5.789.523
Resultado de exercícios futuros	794	-	-	-	794
Patrimônio líquido	3.412.162	42.633	214.079	(256.712)	3.412.162
Total em 31/12/2016	27.569.097	54.052	398.187	(452.614)	27.568.722
Total em 31/12/2015	25.994.196	36.610	400.737	(296.936)	26.134.607

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

Demonstração do Resultado	Financeiro (1)(2)	Consórcio (3)	Securitização (4)	Outros (5)	Eliminações (6)	Total
- Receitas da intermediação financeira	6.536.663	1.835	(8.797)	-	(13.039)	6.516.662
- Despesas da intermediação financeira	(3.718.055)	-	16.243	-	13.039	(3.688.773)
Resultado bruto da intermediação financeira	2.818.608	1.835	7.446	-	-	2.827.889
- Outras receitas/despesas operacionais	(3.230.670)	(7.758)	(11.179)	-	-	(3.249.607)
- Resultado de equivalência patrimonial	29.888	-	-	-	6.279	36.167
- Resultado não operacional	(65.852)	-	70	-	-	(65.782)
- Provisão para IR e CSLL	210.786	1.984	1.321	-	-	214.091
- Minoritário	2	-	-	-	-	2
Resultado Líquido em 31/12/2016	(237.238)	(3.939)	(2.342)	-	6.279	(237.238)
Resultado Líquido em 31/12/2015	(12.187)	(511)	(7.318)	(43.389)	71.457	8.052

(1) Representado pelas empresas Banco Pan S.A., Pan Arrendamento Mercantil S.A. e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(2) Em 30/09/2015 a empresa BMSR II Participações S.A foi totalmente cindida;

(3) Representado pela empresa Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.;

(4) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(5) Em 30/09/2015 a empresa Pan Holding S.A foi totalmente cindida; e

(6) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades em moeda nacional	12.373	17.016
Disponibilidades em moeda estrangeira	7.134	30.985
Total de disponibilidades (caixa)	19.507	48.001
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	-	353.543
Total	19.507	401.544

(1) Inclui as operações cujos vencimentos na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações no Mercado Aberto:							
Posição Bancada							
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	-	-	-	-	18.000
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	162.615	-	-	-	162.615	640.289
Subtotal	-	162.615	-	-	-	162.615	658.289
Posição Financiada							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Subtotal	-	729.181	-	-	-	729.181	156.047
Posição Vendida							
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.867
Subtotal	-	-	-	-	-	-	269.867
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	21.909	838	52.292	5.548	80.587	105.541
Total em 31/12/2016	-	913.705	838	52.292	5.548	972.383	-
Total em 31/12/2015	18.427	1.086.109	4.120	60.067	21.021	-	1.189.744

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	30.529	28.144
Posição financiada	101.741	61.185
Posição vendida	15.402	27.688
Subtotal	147.672	117.017
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	13.493	11.300
Total (Nota 7h)	161.165	128.317

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

7) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira:

A carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, em 31/12/2016 e em 31/12/2015, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria:	489.419	510.439
Certificado de Depósito Bancário – CDB	2.413	1.938
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	97.726	124.468
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	206.044	217.066
Letras do Tesouro Nacional – LTN	140.081	64.654
Notas do Tesouro Nacional – NTN	42.821	101.996
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	334	317
Vinculados a compromisso de recompra:	1.319.247	1.274.702
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	361.592	100.590
Letras do Tesouro Nacional – LTN	782.181	726.020
Notas do Tesouro Nacional – NTN	175.474	448.092
Vinculados ao Banco Central:	51.151	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	51.151	-
Vinculados à prestação de garantias:	186.916	135.165
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	133.847	80.129
Notas do Tesouro Nacional – NTN	38.489	39.120
Certificado de Depósito Bancário – CDB	14.480	12.784
Cotas de Fundos de Renda Fixa	100	3.132
Total de títulos e valores mobiliários	2.046.733	1.920.306
Instrumentos financeiros derivativos:	161.373	684.093
Diferenciais a receber de “swap”	161.373	684.093
Total	2.208.106	2.604.399

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital da empresa Pan Arrendamento Mercantil, que foi homologado pelo BACEN em 25/01/2017 (Nota 13a).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Composição por categorias e prazos individual e consolidado:

	31/12/2016								31/12/2015	
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)	Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)	Ajuste de marcação a mercado
Títulos para negociação:										
Letra Financeira do Tesouro – LFT	-	-	-	46.340	-	46.340	46.368	(28)	3.702	1
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	21.053	4.356	-	-	25.409	25.286	123	-	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1.499	10
Cotas de fundo de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos para negociação	-	21.053	4.356	46.340	-	71.749	71.654	95	5.201	11
Títulos disponíveis para venda:										
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	654.837	51.457	706.294	707.237	(943)	394.043	39
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	-	-	190.812	(1.633)
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	3.403	1.907	11.582	-	16.892	16.893	-	14.722	-
Cotas de fundos de investimento	-	100	-	-	-	100	100	-	3.132	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	14.488	36.022	29.120	18.097	97.727	96.770	956	129.623	(5.155)
Total de títulos disponíveis para venda	-	17.991	37.929	695.539	69.554	821.013	821.000	13	732.332	(6.749)
Títulos mantidos até o vencimento (3):										
Letra do Tesouro Nacional – LTN	-	652.437	244.415	-	-	896.852	896.852	-	790.674	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	247.838	-	8.947	256.785	256.785	-	398.520	-
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	334	-	-	-	-	334	334	-	317	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de títulos mantidos até o vencimento	334	652.437	492.253	-	8.947	1.153.971	1.153.971	-	1.189.511	-
Total	334	691.481	534.538	741.879	78.500	2.046.733	2.046.625	108	1.927.044	(6.738)

- (1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”). No caso dos certificados de recebíveis imobiliários, o valor de mercado é apurado por meio de modelos internos, com a utilização de dados baseados em parâmetros de mercado observáveis;
- (2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 10.723 (31/12/2015 – inferior em R\$ 45.332); e
- (3) Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2016				31/12/2015			
	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de referência	Saldo contábil	Custo atualizado	Marcação a mercado
Posição ativa:	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.697.158	684.093	684.307	(214)
Swap	2.809.883	161.373	169.659	(8.286)	2.684.688	684.093	684.307	(214)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	-	-	-
Posição passiva:	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.697.158	(16.430)	(5.233)	(11.197)
Swap	2.809.883	(145.734)	(64.185)	(81.549)	2.684.688	(15.806)	(4.983)	(10.823)
Termo de moeda	-	-	-	-	12.470	(624)	(250)	(374)
Subtotal posição líquida	-	15.639	105.474	(89.835)	-	667.663	679.074	(11.411)
Contratos futuros	-	1.135	1.135	-	-	(5.984)	(5.984)	-
Posição ativa	6.907.243	2.535	2.535	-	6.649.854	4.169	4.169	-
Posição passiva	6.907.243	(1.400)	(1.400)	-	6.649.854	(10.153)	(10.153)	-
Total		16.774	106.609	(89.835)		661.679	673.090	(11.411)

d) Abertura por vencimento (valor de referência):

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Swap	-	20.960	70.890	686.708	2.031.325	2.809.883	2.684.688
Dólar x CDI	-	-	51.362	49.337	1.066.407	1.167.106	1.050.324
CDI x Dólar	-	-	19.528	12.528	-	32.056	87.114
CDI x Pré	-	-	-	610.543	822.934	1.433.477	1.441.011
Pré x Dólar	-	20.960	-	14.300	-	35.260	44.025
Libor x CDI	-	-	-	-	62.214	62.214	62.214
Libor x Dólar	-	-	-	-	79.770	79.770	-
Termo de moeda	-	-	-	-	-	-	12.470
Pré x Dólar	-	-	-	-	-	-	12.470
Contratos futuros	588.165	756.118	296.901	793.787	4.472.272	6.907.243	6.649.854
DDI	1.628	24.286	58.004	70.351	120.580	274.849	638.358
DI	584.907	712.163	238.897	723.436	4.351.692	6.611.095	5.853.890
Dólar	1.630	19.669	-	-	-	21.299	157.606
Total	588.165	777.078	367.791	1.480.495	6.503.597	9.717.126	9.347.012

e) Local de negociação e contrapartes:

Valor de referência	31/12/2016	31/12/2015
CETIP (balcão)	2.809.883	2.697.158
BM&FBOVESPA (bolsa)	6.907.243	6.649.854
Total	9.717.126	9.347.012

Contrapartes: Em 31/12/2016 estão assim distribuídas: BM&F 70,09%, Instituições Financeiras 27,73%, e outros 2,18%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

f) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	31/12/2016	31/12/2015
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	2.289.204	2.579.697
Swap – Dólar (1)	1.805.442	2.497.447
Futuros DDI BM&F – Dólar (2)	66.144	-
Swap – Dólar (2)	64.530	82.250
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (3)	353.088	-
Posição Passiva	(3.700.766)	-
Swap – Taxa Pré – Reais (4)	(1.760.994)	-
Futuros DI1 BM&F - Taxa Pré – Reais (4)	(1.939.772)	-
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	3.137.864	-
Operações de Crédito (4)	3.137.864	-
Posição Passiva	(2.059.037)	(2.279.703)
Dívidas Subordinadas no Exterior (1)	(1.576.844)	(2.203.182)
Empréstimos no Exterior (2)	(134.101)	(76.521)
Certificados de depósitos a prazo (3)	(348.092)	-

(1) Em 23/06/2016 houve uma liquidação antecipada dos (*Bonds*), correspondente a 8,64% da dívida, no montante de US\$ 43.208, consequentemente foi realizada a baixa proporcional do instrumento derivativo que foi designado como hedge contábil;

(2) Utilizado como proteção da operação de empréstimo no Exterior junto com o BID;

(3) Utilizado como proteção do risco pré fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; e

(4) Neste objeto de *hedge* inclui os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.

g) **Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	31/12/2016		
	Receita	Despesa	Líquido
Swap	833.190	(1.437.340)	(604.150)
Termo de moeda	4.535	(1.562)	2.973
Opções	1.904	(2.826)	(922)
Futuro	1.416.987	(1.646.793)	(229.806)
Total em 31/12/2016	2.256.616	(3.088.521)	(831.905)
Total em 31/12/2015	4.064.459	(3.330.634)	733.825

h) **Resultado com títulos e valores mobiliários:**

	31/12/2016	31/12/2015
Títulos de renda fixa	264.549	219.538
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	161.165	128.317
Total	425.714	347.855

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira por tipo de operação:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Crédito direto ao consumidor (1)	5.228.802	27,64	5.929.863	34,23
Empréstimo em consignação (1)	7.060.546	37,32	4.491.946	25,93
Capital de giro	1.467.984	7,76	1.965.511	11,34
Financiamentos à exportação	524.382	2,77	740.102	4,27
Financiamentos habitacionais	535.014	2,83	627.108	3,62
Financiamento a titulares de cartões de crédito (2)	1.416.649	7,49	853.919	4,93
Empréstimos com garantia imobiliária	621.450	3,29	720.063	4,16
Créditos vinculados à cessão (3)	350.438	1,85	419.142	2,42
Financiamentos de empreendimentos imobiliários	122.074	0,65	181.482	1,05
Crédito pessoal (1)	14.489	0,08	48.249	0,28
Renegociações	78.373	0,41	67.027	0,39
Operações de arrendamento mercantil (4)	1.728	0,01	9.719	0,06
Conta garantida	425.514	2,24	112.788	0,65
Outros	-	-	18	-
Total das operações de crédito	17.847.443	94,34	16.166.937	93,31
Outros créditos (5)	897.463	4,74	956.469	5,52
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (6)	172.740	0,92	202.360	1,17
Total	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	165.273	-	-	-
Carteira de crédito ajustada ao valor de mercado	19.082.919	-	17.325.766	-

(1) Carteira de crédito que existem contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7f);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios do ativo financeiro objeto da operação (Nota 8f);

(4) Registrado a valor presente;

(5) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito, títulos e créditos a receber com características de concessão de crédito; e

(6) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redutor da rubrica "Outras Obrigações" (Nota 9).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

	Níveis de risco											
	Operações em curso anormal										Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	915.901	406.372	440.867	330.743	109.554	97.336	66.037	267.405	2.634.215	2.722.440	
01 a 30	-	39.862	17.604	20.690	10.869	5.714	4.852	3.491	14.973	118.055	104.613	
31 a 60	-	38.013	17.768	21.634	10.623	5.675	4.774	3.431	14.722	116.640	101.113	
61 a 90	-	36.536	18.457	19.249	34.350	5.082	5.744	3.124	13.399	135.941	114.468	
91 a 180	-	95.817	46.308	63.729	58.798	13.998	12.306	8.625	36.197	335.778	286.586	
181 a 365	-	166.511	97.419	91.712	65.944	22.463	21.670	15.767	57.928	539.414	521.187	
Acima de 365	-	539.162	208.816	223.853	150.159	56.622	47.990	31.599	130.186	1.388.387	1.594.473	
Parcelas Vencidas	-	59.714	56.132	105.821	225.782	181.252	131.885	97.140	386.186	1.243.912	1.006.229	
01 a 14	-	53.646	6.030	15.863	13.049	2.839	3.156	29.739	6.561	130.883	199.370	
15 a 30	-	6.068	46.233	8.922	7.494	20.637	2.025	9.266	13.518	114.163	120.783	
31 a 60	-	-	3.869	76.324	43.584	25.406	28.588	4.112	15.901	197.784	162.439	
61 a 90	-	-	-	3.363	113.466	6.523	5.280	4.048	16.317	148.997	104.410	
91 a 180	-	-	-	1.349	31.107	89.740	74.016	35.319	60.971	292.502	245.547	
181 a 365	-	-	-	-	17.082	36.107	18.820	14.656	272.918	359.583	173.680	
Subtotal	-	975.615	462.504	546.688	556.525	290.806	229.221	163.177	653.591	3.878.127	3.728.669	
Provisão Requerida	-	4.878	4.625	16.400	55.652	87.242	114.611	114.223	653.591	1.051.222	881.696	

	Níveis de risco											
	Operações em curso normal										Total em 31/12/2016	Total em 31/12/2015
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H			
Parcelas Vincendas	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097	
01 a 30	-	1.772.010	43.872	69.627	9.851	1.445	820	376	13.501	1.911.502	1.434.497	
31 a 60	-	495.515	53.783	25.928	33.289	669	198	128	969	610.479	566.553	
61 a 90	-	459.593	46.277	25.515	7.742	646	1.809	1.580	736	543.898	524.563	
91 a 180	-	1.190.866	201.094	70.641	86.639	25.513	2.145	236	1.325	1.578.459	1.535.718	
181 a 365	-	1.957.771	331.900	137.248	37.540	2.528	8.037	6.291	10.098	2.491.413	2.357.854	
Acima de 365	-	7.224.624	452.866	148.844	61.908	7.438	1.011	1.154	5.923	7.903.768	7.177.912	
Subtotal	-	13.100.379	1.129.792	477.803	236.969	38.239	14.020	9.765	32.552	15.039.519	13.597.097	
Provisão Requerida	-	65.502	11.298	14.335	23.697	11.472	7.009	6.836	32.552	172.701	171.758	
Total (1)	-	14.075.994	1.592.296	1.024.491	793.494	329.045	243.241	172.942	686.143	18.917.646	17.325.766	
Total Provisão	-	70.380	15.923	30.735	79.349	98.714	121.620	121.059	686.143	1.223.923	1.053.454	

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8a).

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (1):

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo do início do exercício	1.070.436	959.818
- Constituição/reversão de provisão	1.118.428	1.024.898
- Baixas contra a provisão	(940.149)	(914.280)
Saldo do fim do exercício	1.248.715	1.070.436

- Créditos recuperados (2)	227.555	302.334
- Efeito no resultado (3)	(889.748)	(722.564)

(1) Inclui: (i) outros créditos com características de operações de crédito; (ii) operações de câmbio; (iii) outros créditos sem características de crédito (Nota 11); e (iv) créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios (Nota 21b);

(2) No exercício findo em 31/12/2016, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 227.555 (sendo R\$ 200.789 de recuperação de crédito do Banco PAN, R\$ 2.958 de recuperação de operação de arrendamento mercantil e R\$ 24.933 de recuperação de créditos imobiliários); e

(3) Despesa de provisão constituída deduzido a receita de créditos recuperados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Classificação por setor de atividade:

Setor de atividade	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	15.341.467	81,08	12.971.002	74,87
Agroindústria	498.061	2,63	676.591	3,91
Açúcar e Etanol	182.903	0,97	252.963	1,46
Agronegócio e Proteína Animal	315.158	1,66	423.628	2,45
Comércio	586.544	3,11	707.341	4,08
Atacado e Varejo	586.544	3,11	707.341	4,08
Indústrias de Base	283.469	1,51	446.065	2,57
Autopeças	16.382	0,09	11.814	0,07
Indústria Química	23.103	0,13	49.269	0,28
Outras Indústrias	147.578	0,78	309.299	1,79
Papel e Celulose	68.522	0,36	65.280	0,38
Têxtil	27.884	0,15	10.403	0,06
Serviços	2.208.105	11,67	2.524.767	14,57
Construção e Incorporação	1.366.635	7,22	1.550.243	8,95
Financeiros	137.020	0,71	113.421	0,65
Locação de Veículos	22.003	0,12	31.621	0,18
Mídia, TI e Telecom	2.327	0,01	18.647	0,11
Outros Serviços	481.650	2,55	615.140	3,55
Saúde, Segurança e Educação	35.435	0,19	4.636	0,03
Transporte e Logística	139.360	0,74	177.374	1,02
Utilitários	23.675	0,13	13.685	0,08
Total (1)	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

(1) Não inclui marcação a mercado no montante de R\$ 165.273 (Nota 8).

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	434.910	2,31	545.855	3,15
50 seguintes maiores devedores	1.042.311	5,51	1.392.001	8,03
100 seguintes maiores devedores	1.026.921	5,43	1.361.446	7,86
Demais devedores	16.413.504	86,75	14.026.464	80,96
Total	18.917.646	100,00	17.325.766	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 31/12/2015, foram realizadas cessões de créditos com instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Crédito direto ao consumidor	4.816.223	4.492.214	324.009	5.706.863	5.296.568	410.295
Empréstimo em consignação	6.941.601	5.177.993	1.763.608	6.241.440	5.025.384	1.216.056
Financiamentos habitacionais	6.149	5.916	233	170.341	163.052	7.289
Empreendimentos imobiliários	-	-	-	2.853	2.766	87
Empréstimos com garantia imobiliária	230.030	184.761	45.269	-	-	-
Total	11.994.003	9.860.884	2.133.119	12.121.497	10.487.770	1.633.727

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito".

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:

Cessão após à Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam a R\$ 350.438, no Banco PAN e Consolidado (R\$ 419.142 em 31/12/2015), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 414.116 (R\$ 489.692 em 31/12/2015).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8f)	2.133.119	1.633.727
Crédito direto ao consumidor (1)	1.366.885	1.460.885
Empréstimos em consignação (1)	1.712.913	1.185.966
Cartão de crédito	593.124	438.777
Financiamento à exportação	259.076	680.353
Capital de giro/Conta Garantida	346.772	404.492
Recuperação de créditos baixados como prejuízos (2)	227.555	302.334
Crédito pessoal (1)	41.286	27.688
Renegociações	13.842	7.976
Habitacionais	81.078	91.954
Rendas de empreendimentos imobiliários	13.809	28.005
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	132.978	127.995
Arrendamento mercantil, líquido de despesas (3)	521	2.486
Outras	1.140	2.325
Total	6.924.098	6.394.963

- (1) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: Consignado, Veículos e Crédito Pessoal.
 (2) No consolidado, considera operações de crédito e arrendamento mercantil; e
 (3) Não inclui recuperação de créditos baixados para prejuízo.

9) CARTEIRA DE CÂMBIO

a) Saldos patrimoniais:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio comprado a liquidar	164.620	233.525
Rendas a receber	7.949	11.676
Total do Ativo	172.569	245.201
Passivo - Outras Obrigações		
Obrigações por compra de câmbio	165.441	190.690
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(164.791)	(190.684)
Total do Passivo	650	6

b) Resultado de operação de câmbio:

Banco e Consolidado	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de financiamento à exportação	185.982	759.326
Varição Cambial	(187.227)	(575.551)
Total	(1.245)	183.775



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

10) RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS

Compreendem as carteiras de financiamentos imobiliários adquiridas pela Brazilian Securities, que poderão ser utilizadas como lastro para futuras emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários.

	Vencimento final	Indexador	Juros % ao ano	31/12/2016	31/12/2015
Tranches 95 e 96 (1)	08/09/2027	TR	8,65	4.997	6.182
Cédula de Crédito Imobiliário	22/01/2044	INCC/IGPM /POUPANÇA/CDI e sem correção monetária	0 até 20,05	22.402	33.597
Total				27.399	39.779

(1) As referidas tranches foram securitizadas.

Qualidade do Crédito:

Os contratos possuem cláusula de alienação fiduciária do imóvel objeto.

Os mesmos são considerados ativos de boa capacidade de pagamento, uma vez que são adquiridos quando apresentarem características como: garantias, históricos de pagamento ou outros fatores que demonstrem sua alta probabilidade de realização, para que sejam passíveis de securitização.

11) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31/12/2016	31/12/2015
Créditos tributários (Nota 32b)	3.254.867	3.015.019
Valores a receber por cessão de créditos	1.194.497	921.297
Títulos e créditos a receber (1)	897.463	956.469
Depósitos judiciais e fiscais	266.263	238.819
Impostos e contribuições a compensar	233.866	238.501
Valores a receber de empréstimos consignados (2)	103.054	62.814
Valores a receber de sociedades ligadas	38.073	32.404
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	11.427	6.505
Benefício residual em operações securitizadas (3)	2.927	8.433
Adiantamentos e antecipações salariais	1.560	933
Outros	57.077	70.886
Total	6.061.074	5.552.080

(1) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de crédito a receber com característica de concessão de crédito;

(2) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Municipais, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão integral para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 31/12/2016 é de R\$ 21.583 (R\$ 13.710 em 31/12/2015); e (ii) provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 2.945 (R\$ 2.706 em 31/12/2015); e

(3) Refere-se a operações oriundas da Brazilian Securities Companhia de Securitização.

12) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio e outros:

	Valor Residual			
	Custo	Provisão para perdas	31/12/2016	31/12/2015
Veículos	22.508	(5.121)	17.387	26.355
Veículos em regime especial	27.606	(20.843)	6.763	5.191
Imóveis	309.169	(27.392)	281.777	199.971
Imóveis em regime especial	4.794	-	4.794	1.585
Total dos bens não de uso próprio	364.077	(53.356)	310.721	233.102
Outros bens	640	-	640	2.672
Total de outros valores e bens	364.717	(53.356)	311.361	235.774

b) Despesas antecipadas:

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	341.582	439.444
Gastos na emissão de títulos no Exterior	4.933	6.481
Outras	9.780	4.966
Total	356.295	450.891



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

13) INVESTIMENTOS

a) Controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1) Exercício findo em	
			ON	PN	Cotas			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (1)(2)	107.662	151.922	239	478	-	100,00	10.912	151.922	143.321	10.912	9.996
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (1)(2)	179.864	202.347	-	-	179.264	100,00	7.997	202.346	193.490	7.996	7.086
Panserv Prestadora de Serviços Ltda. (3)	-	-	-	-	-	-	(15.898)	-	33.186	(15.898)	(700)
Stone Pagamentos S.A. (4)(5)(6)	491.792	481.276	480	-	-	10,10	33.157	48.609	-	33.157	-
Total								402.877	369.997	36.167	16.382

- (1) Empresas que tiveram suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016 auditadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN;
- (2) Empresas controladas diretamente pelo Banco a partir de 30/09/2015. Anteriormente estas empresas eram controladas diretas da Pan Holding S.A.. O valor contábil dos respectivos investimentos contém o ágio na aquisição já líquido de amortização que formam o montante de R\$ 65.017 (Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária R\$ 59.556, BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. R\$ 3.511 e Brazilian Securities Companhia de Securitização R\$ 1.950);
- (3) Empresa incorporada pelo Banco PAN em 20/12/2016 (aguardando aprovação do Bacen).
- (4) Empresa auditada por outro auditor independente;
- (5) Em 27/06/2016 o Banco PAN aportou capital no montante de R\$ 12.360; e
- (6) A partir de ago/2016 o Banco PAN reclassificou o investimento da Stone para coligada por passar a exercer influência significativa, e assim começou a utilizar o método de equivalência patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outros Investimentos:

	31/12/2016	31/12/2015
Stone Pagamentos S.A. (1)	-	3.092
Câmara Interbancária de Pagamentos	379	379
Total	379	3.471

(1) A partir de 01/08/2016 o Banco PAN passou a reconhecer o investimento pelo método de Equivalência Patrimonial (Nota 13a).

14) IMOBILIZADO

a) Os Ativos imobilizados são compostos por:

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	47.680	(20.376)	27.304	17.344
Sistemas de segurança e comunicações	10%	1.425	(513)	912	1.033
Sistemas de processamento de dados	20%	22.444	(12.822)	9.622	12.329
Sistemas de transportes	20%	36	(36)	-	211
Total em 31/12/2016		71.585	(33.747)	37.838	-
Total em 31/12/2015		51.759	(20.842)	-	30.917

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transportes	Total
Saldo em 31/12/2015	17.344	1.033	12.329	211	30.917
Aquisições	19.648	24	2.386	-	22.058
Baixas (1)	(5.813)	(4)	(682)	(174)	(6.673)
Depreciação	(3.875)	(141)	(4.411)	(37)	(8.464)
Saldo em 31/12/2016	27.304	912	9.622	-	37.838

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do ativo imobilizado por "impairment", no montante de R\$ 6.277 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

15) INTANGÍVEL

a) Ágio:

O ágio na aquisição de investimento totalizou R\$ 243.268, representado por expectativa de rentabilidade futura, que será amortizado linearmente em 10 anos ou quando de sua realização. Esse ágio está registrado nas demonstrações financeiras no intangível.

No exercício encerrado em 31/12/2016, foram amortizados ágios no montante de R\$ 24.327.

b) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				31/12/2016	31/12/2015
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	117.199	(69.658)	47.541	58.811
Ágio (Nota 15a)	10%	243.268	(107.444)	135.824	160.151
Total em 31/12/2016		360.467	(177.102)	183.365	-
Total em 31/12/2015		345.951	(126.989)	-	218.962

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento logiciais	Ágio (Nota 15a)	Total
Saldo em 31/12/2015	58.811	160.151	218.962
Adições	18.663	-	18.663
Baixas (1)	(2.095)	-	(2.095)
Amortização	(27.838)	(24.327)	(52.165)
Saldo em 31/12/2016	47.541	135.824	183.365

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores do intangível por "impairment", no montante de R\$ 1.284 no Banco PAN e no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

16) DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Depósitos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos à vista (1)	54.765	-	-	-	-	54.765	73.273
Depósitos interfinanceiros	11.666.291	36.558	5.820	27.604	29.428	11.765.701	10.096.847
Depósitos a prazo (2)	51.479	5.691	58.361	177.210	2.305.682	2.598.423	2.003.224
Total em 31/12/2016	11.772.535	42.249	64.181	204.815	2.335.110	14.418.889	-
Total em 31/12/2015	10.128.324	238.582	98.672	144.919	1.562.847	-	12.173.344

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias. Não considera a média histórica do giro; e

(2) Objeto de hedge contábil (Nota 7f).

b) Captações no mercado aberto:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Carteira Própria	1.222.172	-	-	-	96.940	1.319.112	1.215.969
Letras do Tesouro Nacional – LTN	789.143	-	-	-	-	789.143	685.340
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	261.000	-	-	-	96.940	357.940	94.298
Notas do Tesouro Nacional – NTN	172.029	-	-	-	-	172.029	436.331
Carteira de Terceiros	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Notas do Tesouro Nacional – NTN	705.512	-	-	-	-	705.512	152.179
Carteira Livre Movimentação	-	-	-	-	-	-	269.570
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	-	-	269.570
Total em 31/12/2016	1.927.684	-	-	-	96.940	2.024.624	-
Total em 31/12/2015	1.273.851	269.570	-	-	94.298	-	1.637.718

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
Títulos e Valores Mobiliários - País							
Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	153	133	197	347	6.783	7.613	8.633
Letras Financeiras – LF	365.265	84.689	71.352	84.434	564.887	1.170.627	1.555.272
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	28.328	33.602	69.439	14.013	110.995	256.377	825.064
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	164.780	192.867	242.860	679.289	441.295	1.721.091	1.615.174
Total em 31/12/2016	558.526	311.291	383.848	778.083	1.123.960	3.155.708	-
Total em 31/12/2015	175.075	915.674	603.373	1.011.778	1.298.243	-	4.004.143

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos Interfinanceiros	1.563.096	1.103.339
Depósitos a Prazo	414.863	499.054
Letras Financeiras	215.390	283.832
Variação Cambial	(316.837)	828.454
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Dívidas Subordinadas	139.521	215.585
Letras de Crédito Imobiliário	231.756	201.725
Operações Compromissadas	302.397	223.793
Letras de Crédito do Agronegócio	56.036	111.740
Captações no Exterior – Dívida Subordinada e TVM no Exterior	(68.879)	218.020
Contribuições ao Fundo Garantidor de Créditos	6.677	8.790
Créditos Cedidos com Retenção de Risco	42.568	71.088
Total	2.586.588	3.765.420

17) RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CORRESPONDENTES NO PAÍS

Referem-se a recebimentos de parcelas de contratos cedidos e a bens retomados relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito.

São representados por: crédito direto ao consumidor, crédito pessoal, crédito consignado e crédito imobiliário. Em 31/12/2016 montavam a R\$ 155.796 (R\$ 102.786 em 31/12/2015).

18) OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Saldos patrimoniais:

	1 a 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2016	31/12/2015
No exterior (1)(2)	-	-	-	2.038	132.063	134.101	154.730
Total em 31/12/2016	-	-	-	2.038	132.063	134.101	-
Total em 31/12/2015	1.096	-	-	-	153.634	-	154.730

(1) Operação da Brazilian Securities junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e

(2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7f).

b) Resultado de obrigações por empréstimos:

Empréstimos	31/12/2016	31/12/2015
No País (1)	-	(14.485)
No Exterior (2)(3)	16.243	(25.588)
Total	16.243	(40.073)

(1) CCB (cédula de crédito bancário) liquidado em 04/12/2015 junto ao Credit Suisse;

(2) Em 31/12/2015 foi reclassificado o montante de R\$ (3.267) para Outras despesas operacionais; e

(3) O montante de variação cambial totalizou em 31/12/2016 uma receita de R\$ 26.019 (e uma despesa de R\$ (25.846) em 31/12/2015).

19) DÍVIDAS SUBORDINADAS

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas dos balanços:

Vencimento	Prazo original em anos	Valor da Operação	Moeda	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
No Exterior (1)(2):						
2020	10	US\$ 456.792	US\$	Taxa de 8,50% ao ano	1.576.844	2.203.182
No País:						
2018 (3)	06	R\$ 10.000	R\$	100% da taxa CDI + 1,35% ao ano	17.190	14.876
2019 (4)	06	R\$ 100.000	R\$	100% da taxa IPCA + 5,60% ao ano	156.631	139.288
2019 (5)	05	R\$ 500	R\$	111% CDI	681	589
Total					1.751.346	2.357.935

- (1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 68.879 no exercício findo em 31/12/2016 (despesa de R\$ (207.498) no exercício findo em 31/12/2015). Essa operação possui *hedge* de risco de mercado (Nota 7f);
- (2) Em 23/06/2016 foi realizada liquidação antecipada dos (*Bonds*) correspondente a 8,64% da dívida no montante de US\$ 43.208;
- (3) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 22/05/2012 com vencimento em 22/05/2018;
- (4) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 05/06/2013 com vencimento em 05/04/2019; e
- (5) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 13/10/2014 com vencimento em 14/10/2019.

20) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

Provisões classificadas como perda provável:

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral, decorrente de pretenso enquadramento na categoria de bancário, e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I- Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	222.653	153.323
Processos trabalhistas	179.122	108.980
Processos tributários	11.538	17.315
Total (Nota 21b)	413.313	279.618

II- Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2015	153.323	108.980	17.315	279.618
Saldo oriundo de incorporação	361	50.331	-	50.692
Baixas	(101.353)	(80.194)	(12)	(181.559)
Constituições líquidas de reversões	170.322	100.005	(5.765)	264.562
Saldo em 31/12/2016	222.653	179.122	11.538	413.313

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

III- Passivos contingentes classificados como perda possível:

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 19.167. O processo aguarda resultado de diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais antes do julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco Pan S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou a R\$ 170.477. O processo encontra-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 43.656. A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo e aguarda julgamento.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco Pan S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal, não atualizado, e multa totalizou R\$ 6.077, e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de swap da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante principal, não atualizado e multa totalizou R\$ 3.320. Processos ainda em fase de julgamentos na esfera administrativa. Os processos encontram-se no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento final do Recurso Voluntário da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

No 2º trimestre de 2016, o Banco Pan S.A. recebeu dois autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visa exigir ISS incidentes sobre honorários decorrentes de serviços de cobrança, no período de 11/2011 a 10/2012, cujo montante atualizado de principal, multa e juros totalizou R\$ 8.650. O processo encontra-se no Conselho Municipal de Tributos, aguardando decurso do prazo para apresentação de recursos em face de decisão que determinou o cancelamento do Auto de Infração.

A Administração, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classificou como possível a probabilidade de perda desses processos.

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	18.782	13.453
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	6.737	7.162
Impostos e contribuições sobre salários	15.587	9.608
PIS a recolher	3.060	2.208
ISS a recolher	2.141	2.190
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	1.382	1.896
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	12.966	6.378
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 32e)	84.650	91.246
Total	145.305	134.141

b) Diversas:

	31/12/2016	31/12/2015
Cessão com retenção de riscos (1)	413.853	489.692
Operações com cartão de crédito	665.762	664.694
Provisão para passivos contingentes (Nota 20)	413.313	279.618
Provisão para pagamentos a efetuar	491.817	208.204
Arrecadação de cobrança	77.501	51.521
Valores a pagar a sociedades ligadas	19.970	34.206
Valores específicos de consórcio	4.081	7.366
Provisão para cartas de fiança (Nota 8c)	264	566
Outros	38.975	43.727
Total	2.125.536	1.779.594

(1) Referem-se às obrigações assumidas por operações de cessão de crédito consignado com retenção substancial dos riscos e benefícios anteriores a resolução CMN nº 3.533/08 e fianças (Nota 8f).

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.460.732 em 31/12/2016 e 31/12/2015. Encontra-se, dividido em ações nominativas escriturais e, sem valor nominal. Conforme descrito no quadro abaixo:

	31/12/2016	31/12/2015
Ordinárias	535.029.747	535.029.747
Preferenciais	394.010.416	394.010.416
Total	929.040.163	929.040.163

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

No exercício de 2016, os saldos da reserva legal, reserva para integridade do Patrimônio Líquido e de reserva de capital foram utilizados integralmente para a absorção do prejuízo do exercício.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em reunião do Conselho de Administração de 01/02/2016, aprovou-se o pagamento de juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2015, referendado na Assembleia Geral Ordinária que deliberou sobre as contas dos administradores de 2015, no valor bruto de R\$ 3.152, sendo R\$ 0,003392520 brutos por ação (R\$ 0,002881753 líquido de imposto de renda na fonte de 15%). A seguir demonstra-se o cálculo dos juros sobre o capital próprio relativo ao exercício findo em 31/12/2015.

	31/12/2015	% (1)
Lucro líquido	8.052	
(-) Reserva Legal	(403)	
Base de cálculo	7.649	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados	3.152	41,2%
Imposto retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio	(472)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados	2.677	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito	263.203	287.605
Rendas de cartões	120.831	105.107
Rendas de comissão / intermediação	59.254	49.251
Rendas de serviços de cobrança	805	1.570
Administração de consórcios	24.764	22.175
Outras	18.800	13.466
Total	487.657	479.174

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

24) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2016	31/12/2015
Proventos	246.821	202.044
Encargos Sociais	82.621	57.420
Benefícios	52.778	36.536
Honorários (Nota 29b)	24.892	31.883
Outros	2.605	3.280
Total	409.717	331.163

25) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões pagas a correspondentes bancários	1.384.256	1.248.125
Serviços de terceiros	232.464	201.460
Serviços do sistema financeiro	152.994	152.125
Processamento de dados	139.197	112.128
Aluguéis	42.961	35.558
Comunicações	47.248	38.291
Depreciação e amortização	36.302	25.321
Propaganda, promoções e publicidade	19.415	26.299
Despesas com busca e apreensão de bens	28.767	25.058
Manutenção e conservação de bens	3.468	2.503
Viagens	4.477	6.411
Transporte	4.704	4.409
Taxas e emolumentos	7.514	8.674
Materiais de consumo	590	584
Outras	99.548	82.063
Total	2.203.905	1.969.009

26) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição à COFINS	148.201	140.796
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	22.107	22.704
Contribuição ao PIS	24.185	22.975
Impostos e taxas	15.623	17.464
Total	210.116	203.939

27) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de encargos e despesas	99.782	70.347
Variação monetária ativa / cambial	137.875	118.898
Benefício residual em operações securitizadas	3.975	7.564
Reversão de provisões	19.286	17.852
Outras	27.153	48.862
Total	288.071	263.523

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2016	31/12/2015
Cessão de operações de crédito	505.108	472.375
Constituição de provisões	287.352	171.903
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	63.514	55.003
Variação monetária passiva / cambial	207.178	399.567
Descontos concedidos	29.725	28.174
Amortização de ágio	24.327	29.835
Gravames	23.851	25.502
Outras	60.540	35.297
Total	1.201.595	1.217.656

28) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado na alienação de outros valores e bens	(48.864)	(75.254)
Reversão/desvalorização de outros valores e bens	6.173	14.305
Impairment de ativos não financeiros (1)	(24.137)	(14.813)
Outros	1.046	2.493
Total	65.782	73.269

(1) No exercício encerrado em 31/12/2016, foram baixados valores por "impairment" de ativos não financeiros, no montante de R\$ 15.865 no Banco PAN e R\$ 21.139 no Consolidado, conforme Resolução CMN n.º 3.566/08.

29) SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Prazo máximo	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	10.320	3.318	-	-
Total		10.320	3.318	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)					
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	5.327	13.039
Caixa Econômica Federal	01/07/2016	-	-	5.647	2.539
Total		-	-	10.974	15.578
Cessão de crédito (c)					
Caixa Econômica Federal	-	1.128.806	921.297	-	-
Total		1.128.806	921.297	-	-
Outros créditos					
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	30.053	25.376	-	-
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	6.583	4.583	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	13	11	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	Sem prazo	-	456	-	-
Total		36.649	30.426	-	-



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

Depósitos à vista (d)					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(340)	(245)	-	-
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(154)	(101)	-	-
Pessoal chave da administração	Sem prazo	(1)	(3)	-	-
Total		(495)	(349)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(435.077)	(310.000)	(66.077)	(213.264)
Caixa Econômica Federal	26/01/2017	(11.231.214)	(9.691.077)	(1.484.658)	(857.720)
Total		(11.666.291)	(10.001.077)	(1.550.735)	(1.070.984)
Depósitos a prazo (f)					
Panamericana Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	23/11/2018	(29.815)	(14.569)	(3.003)	(1.948)
Banco BTG Pactual S.A.	19/07/2018	(208)	-	(13)	-
Total		(30.023)	(14.569)	(3.016)	(1.948)
Obrigações por operações compromissadas					
Banco BTG Pactual S.A.	02/01/2017	(527.189)	(630.001)	(72.086)	(27.648)
Caixa Econômica Federal	-	-	(901)	(477)	(932)
Total		(527.189)	(630.902)	(72.563)	(28.580)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)					
Banco BTG Pactual S.A.	13/08/2018	(161.299)	(508.200)	(37.080)	(67.339)
Pessoal chave da administração	04/02/2021	(37.845)	(33.409)	(4.525)	(3.681)
Total		(199.144)	(541.609)	(41.605)	(71.020)
Instrumentos financeiros derivativos (h)					
Banco BTG Pactual S.A.	15/02/2022	13.399	351.450	(280.326)	124.447
Total		13.399	351.450	(280.326)	124.447
Outras obrigações					
Pan Seguros S.A.	Sem prazo	(19.927)	(14.759)	-	-
Total		(19.927)	(14.759)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	58.081	49.252
Total		-	-	58.081	49.252
Despesa de pessoal (j)					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(395)	(340)
Total		-	-	(395)	(340)
Outras despesas administrativas					
Pan Seguros S.A.	-	-	-	(4.178)	(2.071)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(271)	(868)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(115)	(108)
Tecban S.A.	-	-	-	(1.362)	(990)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(9.712)	(9.136)
Total		-	-	(15.638)	(13.173)
Resultado obtido na cessão de crédito					
Caixa Econômica Federal	-	-	-	2.104.548	1.633.727
Total		-	-	2.104.548	1.633.727

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária, Brazilian Securities Companhia de Securitização e BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

- (f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;
- (g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 97,7% do CDI;
- (h) Referem-se às operações de *Swap*;
- (i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros; e
- (j) Referem-se à parcela de despesa com seguro de vida em grupo que o Banco PAN paga a seus colaboradores.

b) Remuneração dos Administradores:

No Banco PAN, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016, o valor global máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 30.000 (R\$ 35.000 em 2015) (despesas de honorários). No Grupo PAN o valor para o ano 2016 é de R\$ 60.000 (R\$ 70.000 em 2015).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de honorários (Nota 24)	24.892	31.883
Contribuição ao INSS	5.601	7.174
Total	30.493	39.057

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamento para:

- I. Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II. Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III. Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

30) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

• Gestão de Riscos

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

• Gestão do Capital

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial.

Base de Cálculo – Índice de Basileia	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência nível I	1.908.118	2.400.644
Capital Principal	1.908.118	2.400.644
Patrimônio de referência nível II	779.430	919.813
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	2.687.548	3.320.457
Patrimônio de referência	2.687.548	3.320.457
- Risco de crédito	18.697.144	18.804.777
- Risco de mercado	329.776	324.085
- Risco operacional	1.285.684	971.467
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.312.604	20.100.329
Índice de Basileia	13,23%	16,52%
Nível I	9,39%	11,94%
Nível II	3,84%	4,58%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e **Carteira *Banking*:** todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade em 31/12/2016

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading</i> e <i>Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(1.641)	(453.198)	(881.088)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(333)	(84.079)	(157.559)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(422)	(59.398)	(112.749)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	(551)	(13.773)	(27.546)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	(9)	(898)	(1.785)
Total em 31/12/2016		(2.956)	(611.346)	(1.180.727)
Total em 31/12/2015		(2.186)	(773.335)	(1.570.755)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2016, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

EXPOSIÇÃO CAMBIAL

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 31/12/2016 e 31/12/2015.

Ativos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Operações de crédito (ACC/CCE)	286.653	566.486
Outros Recebíveis	9.782	22.585
Total Ativos	296.435	589.071

Passivos – Dólar	31/12/2016	31/12/2015
Dívida subordinada	1.576.844	2.203.182
Obrigações por empréstimos no Exterior	134.101	154.730
Total Passivos	1.710.945	2.357.912

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 31/12/2016 e 31/12/2015, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	1.309.090	1.112.537	1.946.661	2.627.538
DDI	59.898	62.964	59.898	62.964
DOL	-	99.572	-	99.572
Total	1.368.988	1.275.074	2.006.559	2.790.075
Posição Vendida - Dólar				
<i>Swap</i>	147.086	131.141	125.744	139.215
DDI	214.951	575.394	214.951	575.394
DOL	21.299	58.035	21.299	58.035
NDF	-	12.470	-	12.987
Total	383.336	777.039	361.994	785.630

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

• **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

De forma a atender aos princípios da Resolução CMN nº 2.554/98 e o Inciso III do art. 9º da Resolução CMN nº 3.380/06, o Conglomerado possui estrutura organizacional independente e responsável pelo gerenciamento e controle dos riscos operacionais. A área de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional é responsável também pelas atividades de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Continuidade dos Negócios.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site www.bancopan.com.br/ri Relatório de Gerenciamento de Riscos.

• **Valor de Mercado**

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

Consolidado	31/12/2016			31/12/2015		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.046.733	2.057.455	10.722	1.920.305	1.875.073	(45.332)
- Ajuste de títulos para negociação	71.749	71.749	-	5.212	5.212	-
- Ajuste de títulos disponíveis para venda	821.013	821.013	-	725.582	725.582	-
- Ajuste de títulos mantidos até o vencimento	1.153.971	1.164.693	10.722	1.189.511	1.144.279	(45.332)
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	19.082.919	21.668.429	2.585.510	17.325.766	18.527.053	1.201.287
Depósitos interfinanceiros	11.765.701	11.767.088	(1.387)	10.096.847	10.099.971	(3.124)
Depósitos a prazo	2.598.423	3.864.495	(1.266.072)	2.003.224	2.612.617	(609.393)
Recursos de emissão de títulos	3.155.708	3.061.879	93.829	4.004.143	4.010.740	(6.597)
Obrigações por empréstimos	134.101	134.101	-	154.730	166.004	(11.274)
Dívidas subordinadas	1.751.346	1.750.758	588	2.357.935	2.352.388	5.547
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			1.423.190			531.114

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e Valores Mobiliários, Dívidas Subordinadas, Instrumentos Financeiros Derivativos, tem seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;

- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço;

- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

31) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio do Banco PAN no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato do Banco não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela instituição. No exercício findo em 31/12/2015, o montante da contribuição foi de R\$ 223 no Banco PAN e R\$ 230 no Consolidado.

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 a R\$ 51.819 no Banco PAN e R\$ 71.222 no Consolidado (R\$ 36.072 no Banco PAN e R\$ 69.373 no Consolidado no exercício findo em 31/12/2015).

32) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(451.331)	(205.930)
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	204.305	96.868
Efeito no cálculo dos tributos:		
Constituição de Crédito Tributário de CSLL (1)	-	123.199
Participação em controladas	16.276	5.459
Ajuste de Crédito Tributário de Exercícios Anteriores	-	(6)
Reclassificação entre empresas – Ágio Cisão Total	-	(1.210)
Outros valores	(6.490)	(10.330)
Receita de Imposto de renda e contribuição social do exercício	214.091	213.980

(1) Em 07/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retornando ao patamar de 15% a partir de 2019.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.190.493	520.718	(425.125)	1.286.086
Provisão para contingências cíveis	68.610	77.249	(46.716)	99.143
Provisão para contingências trabalhistas	48.234	73.672	(41.581)	80.325
Provisão para contingências tributárias	7.054	2.469	(4.921)	4.602
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	15.938	121.287	(122.674)	14.551
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	57.058	273.984	(299.444)	31.598
Outras provisões	153.051	233.923	(121.245)	265.729
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.540.438	1.303.302	(1.061.706)	1.782.034
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.474.581	9.292	(11.040)	1.472.833
Total dos créditos tributários (Nota 11)	3.015.019	1.312.594	(1.072.746)	3.254.867
Obrigações fiscais diferidas (Nota 32e)	(91.246)	(11.358)	17.954	(84.650)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.923.773	1.301.236	(1.054.792)	3.170.217

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 31/12/2016, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 06/02/2017.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.

Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	382.018	-	8.579	-	390.597
2017	914.173	587.699	2.464	18.388	916.637	606.087
2018	652.717	285.277	94.119	14.430	746.836	299.707
2019	92.583	176.095	88.928	91.068	181.511	267.163
2020	23.285	65.928	114.687	153.991	137.972	219.919
2021	22.507	362	133.774	215.496	156.281	215.858
2022	10.385	9.988	156.000	248.235	166.385	258.223
2023	30.247	9.417	193.035	295.060	223.282	304.477
2024	20.664	9.417	212.355	335.882	233.019	345.299
2025	6.113	14.237	243.798	11.317	249.911	25.554
2026	9.360	-	194.268	-	203.628	-
Total	1.782.034	1.540.438	1.433.428	1.392.446	3.215.462	2.932.884

Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação do Banco PAN totalizava R\$ 1.947.448 (R\$ 1.620.126 em 31/12/2015).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 39.405 (R\$ 43.069 em 31/12/2015), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 31/12/2016, o Banco PAN e o Consolidado possuíam prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 1.141.506 (31/12/2015 - R\$ 1.130.522), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 456.602 em virtude de não atender todas as condições estabelecidas pelo BACEN para o registro do referido crédito.

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(7.615)	(4.828)	10.600	(1.843)
Variação cambial	-	(6.530)	3.441	(3.089)
Superveniência de depreciação	(83.631)	-	3.913	(79.718)
Total (Nota 21a – 32b)	(91.246)	(11.358)	17.954	(84.650)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

33) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 278.756 em 31/12/2016 (R\$ 277.656 em 31/12/2015);
- b) O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- c) Em 31/12/2016 e 31/12/2015, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- d) A partir de 01/01/2012, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.036/11 que faculta o diferimento do resultado líquido negativo decorrente de renegociação de operação de crédito anteriormente cedida. O prazo máximo para o diferimento deve ser 31/12/2015 ou o prazo de vencimento da operação renegociada, dos dois o menor, observado o método linear. A Resolução passou a produzir efeitos a partir de 01/01/2012. O Banco PAN não utiliza a faculdade prevista nesta Resolução;
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;
- f) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96); e

Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente.

- g) O ano de 2016 foi um ano importante para o PAN no segmento de veículos, pois o banco lançou uma nova plataforma e, desde junho, toda a captura de negócios de veículos está sendo realizada em um único sistema que proporciona mais agilidade, qualidade e segurança no processo para todo o time comercial, parceiros e áreas internas. Este foi um importante passo para a organização ampliar sua participação no mercado de veículos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO
CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 20 de março de 2017.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco

CRC 1SP219426/O-2

CONTADOR

***Banco Pan S.A. e
controladas -
Conglomerado
Prudencial***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos administradores e aos Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentação complementar do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras", que divulga:



As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução no 4.280, do CMN, e regulamentação complementar do BACEN. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco Pan S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 06 de fevereiro de 2017.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 - "Apresentação das demonstrações financeiras" e 3 - "Principais práticas contábeis" às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2